

MULHER E TRABALHO: ENGENHEIRAS, ENFERMEIRAS E PROFESSORAS *

MARIA CRISTINA ARANHA BRUSCHINI **

2370

1. Introdução: objetivo e justificativa da pesquisa

O propósito de estudar características, opiniões e atitudes com relação ao trabalho profissional, bem como incorporação de estereótipos sobre o trabalho feminino de modo geral, em mulheres formadas em diferentes cursos de nível superior e que estivessem exercendo sua profissão na cidade de São Paulo, orientou esta pesquisa, de caráter eminentemente exploratório.

Partiu-se da ampla hipótese de que mulheres de ramos profissionais distintos, com distinta formação universitária, teriam diferentes concepções sobre o trabalho profissional e sobre o papel que esse trabalho ocupa em suas vidas. Na verdade, a suposição básica, norteadora da formulação de tal hipótese, era a de que mulheres que haviam seguido carreiras consideradas próprias para o sexo masculino — nas quais o ingresso de elementos do sexo oposto não dispensa árduos esforços —, teriam tido um comportamento fora dos padrões convencionais, vencendo preconceitos e sanções sociais. Nesse sentido, acreditava-se que essas profissionais deveriam «ser diferentes» ou «pensar de maneira diferente» daquelas outras que, mesmo exercendo uma profissão, ainda assim haviam se conformado a padrões socialmente consagrados, optando por carreiras consideradas próprias para a mulher.

A análise da participação da mulher no mundo do trabalho, ao longo dos séculos, mostrou que o sexo feminino, se sempre teve uma atuação intensa e contínua, nem por isso deixou de fazê-lo apenas em setores que, embora exigissem grandes esforços e habilidades, eram sempre os de menor prestígio e onde os rendimentos eram os mais baixos. Sullerot (1970) defende a existência de duas «leis», complementares,

que explicariam essa situação: segundo a lei «do rendimento e do prestígio», as carreiras oferecidas às mulheres seriam as de menor prestígio e de salários mais baixos. Os dons e as capacidades individuais teriam menos a ver na divisão de uma carreira entre homens e mulheres do que as condições oferecidas por essa carreira. As condições oferecidas às mulheres seriam favoráveis em áreas de pouco interesse para o homem, ou que, com o tempo, deixaram de lhe interessar. Isso, por sua vez, ocorreria porque «quanto mais numerosas são as mulheres, num determinado ramo de atividade, menos elevado é o salário, mesmo para os homens» (Sullerot, 1970, p. 292). Dessa forma, completando o círculo vicioso, o ingresso de mulheres em determinada carreira tenderia a fazer baixar seus níveis salariais e seu grau de prestígio, tornando-a assim uma profissão pouco atraente para o homem.

A marginalização da mulher do mundo do trabalho é explicada por Saffiotti (1969) como uma consequência natural do modo de produção capitalista que, não tendo condições de absorver toda a força de trabalho potencial, utilizaria determinados fatores, como o sexo e a raça, para justificar o alijamento de certos indivíduos da estrutura ocupacional. A capacidade de absorção de mão-de-obra da estrutura ocupacional seria, em última instância, o fator decisivo na determinação do fato de a mulher trabalhar ou não.

Também para Blay (1972, 1974, 1975) são as condições estruturais do mercado que determinam a participação da mulher na força-de-trabalho. A ideia central desta autora, no entanto, é a de que a atuação do sexo como um critério para a aceitação do indivíduo no mercado de trabalho ocorre em qualquer regime econômico ou político e em qualquer estágio de desenvolvimento.

A ideia deste estudo, que focaliza mulheres formadas em diferentes cursos de nível superior e que estão exercendo sua profissão, surgiu precisamente da constatação, através da análise da literatura sobre a mulher, de que esse é um grupo seletivo de mulheres, na medida em que conseguiram romper muitas das

* Sumário da dissertação de mestrado *Mulher e Trabalho: estudo de algumas profissões de nível superior* apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1977. Trabalho realizado com o apoio financeiro da FAPESP, sob a orientação da Professora Doutora Aparecida Joly Gouveia.

** Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

barreiras que têm, historicamente, impedido o sexo feminino de se realizar plenamente no trabalho.

Esse grupo, por outro lado, parece estar aumentando consideravelmente nos últimos anos. O exame de alguns dados sobre o ensino superior revela algumas tendências que merecem ser destacadas: se, de um lado, observa-se a elevação do nível educacional feminino, de outra parte pode-se constatar que, embora se dirijam cada vez mais aos cursos superiores, as mulheres continuam concentradas em determinadas áreas de formação.

Dados publicados pelo MEC e apresentados por Barroso e Namó de Mello (1975), revelam que a porcentagem de mulheres, entre os alunos matriculados no ensino superior, subiu, no Brasil, de 26% em 1956 para 40% em 1971. Dados mais recentes, publicados pela revista *Veja*, indicam que essa porcentagem chegou a 47% (*Veja*, Novembro 1977, p. 124).

O primeiro aspecto a levar em conta é, portanto, a observação de que o número de mulheres que procuram a universidade tem aumentado nos últimos anos.

O exame da composição da população universitária por sexo revela, por outro lado, a existência de diferenças quanto à porcentagem de estudantes do sexo masculino e feminino entre os diversos ramos do ensino superior. De fato, parece ser constante a concentração de mulheres em determinados cursos universitários enquanto, em outros, permanece mínima a sua representatividade.

Segundo Barroso e Namó de Mello, a porcentagem de mulheres nos cursos de Engenharia continua sendo de 3%, enquanto aumenta a «concentração das alunas em algumas poucas carreiras 'femininas' que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos» (Barroso e Namó de Mello, 1975, p. 52). É o caso dos cursos de Letras, Filosofia e outros da área das Ciências Humanas (onde há 77% de alunas), bem como os cursos de Serviço Social e de Enfermagem (95% e 94% de estudantes do sexo feminino, respectivamente). Ao abordar o acesso da mulher ao ensino de nível superior, o trabalho de Barroso e Mello focaliza outro ângulo, que é o da distribuição percentual do sexo feminino pelas diversas carreiras. Esse enfoque evidencia o aumento da participação das mulheres sobretudo nas carreiras que conduzem ao magistério secundário, o que decorreria da «feminização» do corpo docente deste nível, bem como da expansão maior dos cursos que conduzem ao magistério, em relação aos demais.

O segundo aspecto, portanto, a levar em conta neste trabalho é o fato de que o aumento do número de mulheres que tem procurado a universidade nos últimos anos tem sido canalizado para determinadas carreiras consideradas femininas, o que mostra que

a chamada «emancipação da mulher», ocorrida nos últimos anos, constituiu uma vitória bastante parcial, na medida em que permitiu a ela o acesso a uma instrução mais elevada, porém desde que em áreas socialmente desprestigiadas ou desprezadas pelo sexo oposto.

Ao se estudar mulheres de instrução universitária no exercício de sua profissão, contudo, é preciso levar em conta o que acontece com a população universitária feminina ao concluir o curso superior. Miranda (1976), ao analisar os efeitos da variável educação sobre a participação da mulher na força-de-trabalho, mostra que, embora esse efeito seja positivo e a participação da mulher no trabalho aumente à medida que aumenta seu nível de instrução, ele não afeta a participação global das mulheres, por ser ainda muito reduzido o número de pessoas do sexo feminino que concluem o curso superior.

TABELA 1

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO FEMININA BRASILEIRA, COM INSTRUÇÃO SUPERIOR, POR ESTADO CIVIL*

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	MULHERES CASADAS		MULHERES SOLTEIRAS	
	FORÇA DE TRABALHO	POPULAÇÃO %	FORÇA DE TRABALHO	POPULAÇÃO %
Universitária completa	65,82	0,51	77,17	0,63
Todos os níveis	9,93	100,00	27,48	100,00

* Fonte: Miranda, 1976, p. 621.

A Tabela 1 mostra, além disso, que nem todas as mulheres que concluem o curso universitário são absorvidas pelo mercado de trabalho. Ao contrário, 34% das casadas e 23% das solteiras, com esse nível de instrução, estão alijadas da estrutura ocupacional.

Por outro lado, o exame da evolução da participação da mulher na força de trabalho, de 1940 a 1970, revela que o desenvolvimento capitalista dependente não trouxe benefícios reais para a trabalhadora brasileira, cuja participação diminuiu, ao longo desse período, nos setores primário e secundário da produção. O aumento da participação da mulher no setor terciário (que chega a conter 70% da população feminina economicamente ativa, em 1970) de outro lado, se deve, em grande parte, à expansão das atividades de serviços pessoais, onde estão muitas ocupações marginais, entre elas o serviço doméstico, bem como ao aumento das atividades de consumo coletivo, entre as quais se incluem os serviços de Administração Pública, Atividades Sociais, Educação, Saúde e Previdência Social, áreas essas nas quais a mulher sempre teve suas melhores oportunidades. A expansão mais importante do trabalho feminino estaria portanto ocor-

rendo em ocupações femininas tradicionais, que são um prolongamento das atividades domésticas (Miranda, 1976).

Grupos escolhidos:

Nesse contexto, a investigação de mulheres que exercem uma profissão de nível superior, em carreiras «femininas» e «masculinas», tem interesse na medida em que, através da comparação dessas profissionais, pode trazer alguma luz sobre a presença e a força das discriminações e dos estereótipos que incidem sobre a mulher. Os grupos escolhidos foram o de engenheiras e o de enfermeiras, por serem a Engenharia e a Enfermagem as profissões mais tipicamente «masculina» e «feminina», conforme indicaram os dados anteriormente apresentados. A escolha de um terceiro grupo, composto de professoras com formação de nível superior, se justifica por ter sido sempre o magistério considerado uma atividade própria para a mulher, bem como pela grande expansão — apontada em páginas anteriores — dos cursos universitários que conduzem a essa carreira.

Os seguintes aspectos da atitude profissional foram focalizados em elementos desses três grupos:

— **interesse em fazer carreira:** considerou-se a carreira como um processo amplo e contínuo, que começa com a escolha da profissão (incluindo a escolha do curso que dará o treinamento básico para exercê-la), estende-se através dos trabalhos desempenhados após o término do treinamento, fixa objetivos específicos para o desempenho do trabalho e visa ainda à continuidade desse trabalho no futuro. Dentro dessa perspectiva, foram tomados como indicadores:

- razões para a escolha do curso universitário;
- mudanças de trabalho;
- maior importância dada às satisfações obtidas com fatores intrínsecos ao trabalho, do que às satisfações obtidas com fatores extrínsecos;
- continuidade do trabalho no futuro.

— **Participação em grupos profissionais formais:** consideraram-se o nível de participação na respectiva associação profissional, a participação em congressos e a frequência de leitura de revistas técnicas ou especializadas como indicadores adequados para a abordagem deste aspecto conceitual.

Tendo em vista essa perspectiva teórica, foram abordados, ao longo da pesquisa, aspectos referentes à formação da profissional, ao seu interesse em fazer carreira e à sua participação em grupos profissionais. O enfoque recaiu, principalmente, sobre os aspectos atitudinais, na medida em que se tinha interesse em verificar, sobretudo, a visão que a mulher, trabalhadora discriminada, tem de sua profissão e, atra-

vés dessa ótica, tentar captar determinados estereótipos e preconceitos que existem na sociedade e que incidem sobre ela.

Supôs-se, também, que certas variáveis teriam papel de destaque na determinação de diferenças de atitudes e de opiniões entre os grupos profissionais:

I. Variáveis que teriam influenciado a escolha do curso universitário:

a) **origem sócio-econômica** — a seletividade social dos diferentes cursos universitários tem sido comprovada na literatura sociológica. Gouveia (1968), por exemplo, delineou três categorias de cursos — seletos, intermediários e populares —, de acordo com a classe social de origem dos alunos neles matriculados. A Engenharia é classificada, nesse estudo, entre os cursos «seletos», enquanto a Enfermagem é considerada um curso «popular». Já os cursos que, nesta pesquisa, foram tomados para compor o grupo das professoras, se distribuem pelas três categorias.

b) **origem étnica** — ao estudar o trabalho profissional feminino, supôs-se que o fator cultural seria relevante pela presença, em cada cultura, de valores associados à posição e ao trabalho da mulher. Essa variável foi operacionalizada através de dados sobre a religião e o país de nascimento dos avós das entrevistadas, classificados de acordo com Gouveia (1972).

c) **tradição de trabalho materno** — algumas constatações encontradas na literatura sociológica revelam a importância dessa variável no comportamento profissional feminino. Gouveia (1970), por exemplo, em sua investigação entre normalistas, encontrou moças mais «modernas» — isto é, que pretendiam ter atividades profissionais diferentes do magistério, após a conclusão do curso normal —, entre aquelas cujas mães tinham ou haviam tido experiência de trabalho remunerado.

d) **área de socialização** — influências emanadas do local em que a trabalhadora viveu a maior parte de sua vida até os 15 anos.

e) **geração à qual pertence a profissional** — idade e tempo de formada.

II. Variáveis referentes à situação atual da mulher:

- estado civil;
- número de filhos;
- idade dos filhos.

Supõe-se que a aceitação do trabalho feminino dependa, em grande parte, da maneira como se compõe o grupo familiar do qual a mulher faz parte. Os papéis domésticos impostos à mulher em geral recaem

com maior vigor sobre aquela que é casada, ao mesmo tempo que o preconceito contra o trabalho exercido fora do lar incide mais intensamente sobre as que têm filhos pequenos. É muito importante, num estudo desta natureza, compor um quadro preciso da família da trabalhadora, daí o interesse em se introduzir essas três variáveis.

2. Metodologia

2.1. Fase exploratória:

Numa fase inicial da pesquisa, de natureza exploratória, realizaram-se dez (10) entrevistas abertas e informais, com profissionais dos três grupos. Essas entrevistas seguiram um roteiro bastante flexível e foram gravadas em fita magnética. Embora a seleção das entrevistadas tenha sido feita por indicação de conhecidos ou amigos, procurou-se manter certa distribuição por «local de trabalho» ou «local em que completou o curso superior».

A análise de conteúdo das respostas permitiu verificar, nessa etapa inicial, algumas tendências que apoiaram a hipótese da existência de diferenças de características e de opiniões entre os três grupos.

2.2. Instrumento utilizado para a coleta de dados:

Uma vez que o instrumento, além de extenso, parecia ser um pouco complexo, decidiu-se que seria preenchido pela informante, na presença da pesquisadora ou de uma aplicadora especialmente treinada para dar as orientações necessárias.

Esse instrumento compõe-se de duas partes: na primeira há uma série de questões, a maior parte das quais é estruturada e apresenta várias alternativas de resposta. Em quase todas elas, solicita-se ao respondente que assinale apenas uma alternativa. Há ainda algumas perguntas abertas.

Todas essas questões têm por finalidade levar a uma caracterização da profissional, em termos de seus antecedentes universitários, profissionais e familiares bem como a uma caracterização de sua situação profissional e familiar atual. Algumas das perguntas pretendem também conhecer o comportamento da informante enquanto profissional, assim como suas opiniões relativas ao trabalho e à profissão, num sentido mais amplo.

A segunda parte compõe-se de dois conjuntos de itens para a construção de duas escalas; um desses conjuntos é uma tentativa de tradução e adaptação da Escala de Profissionalismo de Hall, que foi descrita por Snizek (1972), enquanto o outro teve por finalidade a construção de uma escala sobre a atitude da mulher para com o trabalho profissional feminino.

2.3. População e amostra:

A população deste estudo compõe-se de engenheiras, enfermeiras e professoras que estavam, no mo-

mento da coleta dos dados, exercendo sua profissão na cidade de São Paulo. Os elementos do sexo feminino a serem investigados deveriam ter, necessariamente, instrução superior completa em Engenharia e Enfermagem, no caso dos dois primeiros grupos mencionados. As professoras deveriam ser formadas em Letras, Pedagogia, História, Ciências Sociais, Geografia, Psicologia, Filosofia, Química, Física, Biologia, Matemática, Educação Física ou outro curso superior que habilite ao exercício do magistério secundário.

A decisão sobre o tamanho da amostra decorreu, em grande parte, dos recursos materiais disponíveis. Foram fixados grupos de 50 indivíduos, num total de 150 sujeitos. Apesar de seu reduzido tamanho, no entanto, pretendia-se fazer uma análise quantitativa, o que definiu a seleção de uma amostra probabilística do tipo casual.

A população de engenheiras foi levantada através do CREA - 6ª região (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - São Paulo), que forneceu a relação de todos os elementos do sexo feminino nele registrados até 1973, quando foi feito esse levantamento. É sabido que o exercício da Engenharia só é possível mediante o registro do diploma em tal Conselho, o que garante que esse levantamento fornece um quadro preciso da população feminina engajada nessa profissão⁽¹⁾. Da listagem fornecida por aquele órgão constam 563 elementos do sexo feminino, dos quais apenas 119 são engenheiras (não-agrônomas) e residem no Distrito de São Paulo. Desse total foi extraída uma amostra casual simples de 50 sujeitos.

A amostragem das professoras e das enfermeiras foi feita em dois estágios. Para compor o grupo das professoras foram utilizadas as listagens de estabelecimentos públicos e particulares do ensino secundário e normal, fornecidas pela Secretaria da Educação. Selecionaram-se aqueles estabelecimentos pertencentes ao Distrito de São Paulo, e, através de um sorteio aleatório, extraiu-se uma amostra deles. Efetuou-se, a seguir, uma listagem das professoras licenciadas que estavam lecionando nos estabelecimentos escolhidos, sorteando-se, numa segunda etapa, uma amostra casual simples dentro de cada unidade.

De cada um dos estabelecimentos foram sorteadas cinco professoras, vindo a compor, no total, uma amostra de 50, assim distribuídas: 25 em cinco colégios públicos e 25 em cinco colégios particulares.

Para formar o grupo das enfermeiras, tomou-se a listagem dos hospitais Públicos e Particulares do

(1) O total geral de profissionais registrados até junho de 1972 no CREA era de 20.486, incluindo arquitetos e engenheiros agrônomos (Dados publicados em: «Acompanhamento do mercado de trabalho de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos», CREA, 1972).

Distrito de São Paulo, fornecida pela Coordenadoria de Assistência Hospitalar, órgão da Secretaria da Saúde. Tendo em vista que a maior porcentagem de enfermeiras de «alto padrão» — com curso superior — é absorvida pelos Hospitais Públicos — informação prestada por um dos diretores da referida coordenadoria, com base em dados que ainda não haviam sido publicados —, sorteou-se, num primeiro estágio, uma amostra de tamanho menor para o caso desses hospitais e maior no caso dos hospitais particulares. Das enfermeiras arroladas nos hospitais sorteados, foi extraída, num segundo estágio, uma amostra casual simples.

Muitas foram as dificuldades encontradas para localizar as enfermeiras. Um dos problemas foi o da sua distribuição desigual pelos diversos hospitais sorteados. Nos hospitais públicos sorteados o número de enfermeiras arroladas variou de 1 (uma) a 222. No que diz respeito aos hospitais particulares, as dificuldades foram ainda maiores: em muitos deles não havia nenhuma enfermeira; em outros havia apenas parteiras, obstetrias ou ainda religiosas exercendo as funções de enfermeira.

Após serem percorridos, inutilmente, diversos hospitais particulares, decidiu-se abandonar esse critério para selecionar a amostra e, simplesmente, aumentar o número de enfermeiras selecionadas naqueles hospitais onde um maior número delas pudesse ser encontrado. No entanto, uma vez que o enfoque desta pesquisa recaí sobre concepções relativas a trabalho e atitude profissional, tomou-se a precaução de garantir que as enfermeiras sorteadas nos hospitais maiores (Hospital do Servidor Público, Hospital das Clínicas), se distribuíssem, ao acaso, pelos diversos setores de trabalho ou «clínicas» (por exemplo, Pediatria, Ortopedia, Cirurgia Geral, Neurologia etc.).

Do total de 50 enfermeiras da amostra, portanto, 31 foram localizadas em hospitais públicos e 19 em particulares.

2.4. Coleta dos dados:

A coleta dos dados foi feita no último trimestre de 1974, após o pré-teste e a reformulação do instrumento.

A) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ENGENHEIRAS, DAS ENFERMEIRAS E DAS PROFESSORAS:

Os grupos selecionados para este estudo são, conforme se esperava, de origens bastante diferentes.

As engenheiras constituem o grupo mais seletivo. Provenientes de classe alta e média alta⁽²⁾, seus

(2) A origem sócio-econômica das profissionais foi medida através de dados sobre a ocupação paterna, que foram classificados de acordo com a Escala de Prestígio Ocupacional elaborada por Hutchinson (1960) e reformulada por Gouveia (1968).

A aplicação dos questionários realizou-se, indiferentemente, na residência ou no local de trabalho do sujeito e durou, em média, 1 hora.

As dificuldades encontradas durante essa etapa foram, em sua quase totalidade, de ordem prática, principalmente profissionais não localizadas ou que não preenchiam as exigências da pesquisa.

Além dos casos específicos dentro de cada grupo profissional, foram feitas reposições quando o sujeito se encontrava em férias ou em licença, devendo voltar ao trabalho após a época prevista para o término da pesquisa de campo, ou seja, após o mês de dezembro de 1974. Mesmo assim, quando foi possível localizar a profissional em sua residência, ela foi entrevistada, ainda que estivesse temporariamente afastada do emprego. Também nos casos de recusa foi necessário fazer uma reposição. Infelizmente, embora o número delas tenha sido pequeno (apenas quatro recusas), todas se concentraram entre as engenheiras, o que contribuiu para impedir que o número de casos previsto ficasse completo, nesse grupo. Por essa razão, a amostra ficou composta de 50 enfermeiras, 50 professoras e 47 engenheiros, num total de 147 sujeitos.

2.5. Tratamento estatístico dos dados:

A análise dos dados foi planejada tendo em vista três etapas, a primeira delas inteiramente descritiva. No caso dos itens das escalas, os sujeitos da amostra foram agrupados como um todo, porém as outras variáveis foram descritas dentro de cada grupo profissional. Na segunda etapa da análise realizou-se o tratamento estatístico necessário para a elaboração das escalas — análise da distribuição dos itens, cálculo do coeficiente alfa para testar a fidedignidade e análise fatorial — bem como testes de significância — na maior partes das vezes χ^2 (Qui-quadrado) — para testar diferenças observadas entre os grupos profissionais. Finalmente, na terceira etapa, realizaram-se diversas análises de variância para testar as diferenças entre as médias dos três grupos nos escores das escalas. Os resultados mais relevantes são apresentados a seguir.

pais e, até mesmo suas mães, atingiram escolaridade elevada. A maior parte dessas profissionais é de origem latina ou brasileira, mas há também uma judia, duas japonesas e cinco descendentes de sírio-libaneses. A maior parte delas teve como área de socialização o meio urbano, apenas uma foi criada no meio rural. Uma das engenheiras passou sua infância no exterior.

É possível que o trabalho materno tenha exercido influência sobre as engenheiras porque, embora cerca

de metade de suas mães nunca tenha exercido uma ocupação remunerada, 47% delas o fizeram em alguma época da vida.

A maior parte das profissionais desse grupo fez o curso de Engenharia Civil (53,2% delas), mas há também na amostra engenheiras que cursaram Eletrônica, Eletrotécnica, Engenharia Industrial e Engenharia Química, além de seis profissionais que fizeram mais de um curso de Engenharia.

Apesar da origem social elevada, a maioria das engenheiras trabalhou antes de entrar na profissão, sendo mais freqüente o número daquelas que fizeram estágios ou que tiveram trabalhos esporádicos antes de se formar.

Curiosamente as engenheiras são as mais velhas da amostra: sua idade média chega perto dos 38 anos. Por essa razão boa parte delas se formou há mais de 15 anos. Mais da metade das engenheiras é casada e cerca de 47% tem filhos, o que as destaca dos outros grupos, nos quais essas proporções são inferiores. Parece que o fato de se dedicar a uma profissão masculina não relegou essas mulheres a uma posição de não realização de seus papéis femininos de esposa e mãe, pelo menos em comparação com as outras profissionais.

De acordo com a ocupação dos maridos, também classificada segundo a escala ocupacional de Hutchinson e Gouveia, a quase totalidade das casadas (92,6%) pertence atualmente à classe alta. Em geral a atitude dos maridos das engenheiras tem sido de estímulo e de incentivo às carreiras de suas esposas.

Embora um número razoável de engenheiras (13) trabalhe em escritórios ou firmas particulares, a maior parte delas (25) foi encontrada exercendo sua profissão em repartições públicas. Como quase todas as mulheres entrevistadas, elas são, em geral, funcionárias dos locais em que trabalham, mas há também poucas autônomas e empregadoras, quase sempre engenheiras civis, que possuem firmas construtoras.

As engenheiras trabalham mais frequentemente no setor de projetos e planejamento. Considerável número delas desempenha funções de chefia, a nível de gerência, de supervisão, ou até mesmo de diretoria. No entanto, pela descrição feita das funções desempenhadas, elas parecem ser mais de natureza técnica do que administrativa, ainda que não se disponha de elementos para uma afirmação mais precisa.

O salário médio das engenheiras aproxima-se dos Cr\$ 50,00 por hora, o que parece ser plausível para a época em que os dados foram coletados (dezembro de 1974). No entanto, dados semelhantes para o sexo masculino seriam indispensáveis para uma melhor avaliação, já que os dados mais recentes dos quais se dispõe para uma comparação se referem a abril de 1973 e a ambos os sexos (Caron, 1974).

Em geral as engenheiras trabalham em tempo integral, mas nem por isso estão alheias ao que se passa nas esferas profissionais mais amplas, principalmente através da leitura de publicações especializadas ou da freqüência com que vão a congressos. Valorizam sua profissão e parecem estar realizadas dentro dela, talvez por acreditarem que têm feito e ainda podem fazer muitos progressos em sua carreira. Apesar de perceberem a influência negativa de seu sexo nessa área de trabalho dominada pelos homens, elas acreditam poder vir ainda a ocupar cargos mais elevados. Por essa razão, a quase totalidade dessas profissionais não faria, diante da experiência atual, uma escolha profissional diferente.

Algumas das respostas obtidas indicam que a engenheira, de modo geral, não tem preconceitos contra o trabalho da mulher em qualquer área profissional. Mesmo assim, não se libertaram totalmente dos valores impostos socialmente: mais da metade delas, por exemplo, acha que a Engenharia Mecânica deveria ser desempenhada só pelos homens.

As enfermeiras se originam, em sua maior parte, da classe média baixa e média alta e seus pais e mães completaram apenas a escolaridade primária. Há, porém, um razoável número de profissionais desse grupo, na amostra estudada, que provêm de lares mais pobres, onde o nível ocupacional paterno é baixo e cujos pais não completaram o curso primário ou são mesmo analfabetos.

A maior parte das enfermeiras é brasileira ou de origem latina. Há, no entanto, um número razoável de japonesas entre elas. Bastante curioso, também, é o fato de quase a metade das enfermeiras da amostra ter vivido, até os 15 anos de idade, em outros estados, fora de São Paulo. Esse dado pode indicar, simplesmente, que um maior número de oportunidades de trabalho atrai essas profissionais para São Paulo. Pode ser, no entanto, que a Enfermagem exerça mais atração, como carreira, sobre aquelas jovens criadas em outros estados, no interior de São Paulo ou no campo, locais onde, mais do que na Capital, as influências sócio-culturais levariam a crer que as possibilidades profissionais, para a mulher, estão limitadas a carreiras femininas.

As enfermeiras não parecem ter tido influência da mãe no encaminhamento para sua profissão, já que a grande maioria dessas mães nunca exerceu nenhuma ocupação remunerada.

Das 50 enfermeiras entrevistadas, somente uma fez mais de um curso superior na área da Enfermagem. Três delas fizeram mais de um curso universitário, porém em áreas diferentes. Mais da metade das enfermeiras (52%) nunca trabalhou antes de ingressar na atual profissão. Contudo, das que o fizeram, a maioria teve um emprego regular.

A idade média das enfermeiras situa-se ao redor dos 33 anos, estando a maior parte delas formada há menos de 10 anos.

A grande maioria das enfermeiras é solteira e não tem filhos, o que parece indicar que a Enfermagem, profissão considerada «feminina» por excelência, não é uma carreira que permite facilmente à mulher conciliar seus papéis familiares, provavelmente pela grande dedicação exigida das enfermeiras no cumprimento de seu horário de trabalho, bem como pela pequena possibilidade que elas têm de contar com auxílio doméstico, por razões de ordem financeira.

Apesar de terem sido inicialmente favoráveis ao trabalho de suas esposas, os maridos das enfermeiras — que pertencem, principalmente, aos estratos médio baixo e médio alto — se dividem, atualmente, em duas opiniões a esse respeito: metade deles incentiva, a outra metade impõe restrições ou não aceita o desempenho profissional de suas mulheres.

A maior parte das enfermeiras é funcionária de hospitais que pertencem ao governo. É maior o número das que estão no emprego há menos de dois anos. A enfermeira diplomada, em geral, ocupa cargos de chefia, supervisionando, quase sempre, o trabalho executado por pessoal de nível não qualificado, como atendentes e auxiliares, que constituem mão-de-obra mais numerosa e mais barata.

A enfermeira de nível superior ganha cerca de Cr\$ 18,00 a hora, trabalhando, invariavelmente, mais de 35 horas por semana. Inúmeras enfermeiras gostariam de ter um período menos extenso de trabalho por semana porque, segundo elas, o cansaço físico decorrente do excesso de trabalho prejudica a qualidade do atendimento dado ao doente.

As enfermeiras participam com grande entusiasmo da ABEn (Associação Brasileira de Enfermagem) que, até a recente fundação do Conselho Federal de Enfermagem, era seu único órgão representativo. Mesmo quando não são sócias, porque a taxa exigida é considerada cara, elas procuram se manter a par das atividades da ABEn, frequentando reuniões ou lendo a Revista Brasileira de Enfermagem, publicada por aquele órgão. A intensidade de sua participação manifesta-se também na freqüência com que costumam ir a congressos: 86% das enfermeiras da amostra participaram de algum congresso nos dois anos anteriores à coleta dos dados, 16% dessas apresentando trabalhos científicos.

A enfermeira tem elevado conceito sobre sua profissão. Seus sentimentos idealistas para com ela se manifestam em descrições que valorizam a Enfermagem, considerando-a uma profissão que presta grandes benefícios à coletividade. Embora uma porcentagem considerável de enfermeiras ache que teve pouco ou nenhum progresso ultimamente, elas se acham, em

geral, satisfeitas com a profissão e não fariam, hoje em dia, uma escolha diferente. A maior parte dessas profissionais acha que o fato de ser mulher influi positivamente em sua carreira, mas isso não parece ser suficiente para que ocupem cargos mais elevados: metade delas acha mesmo que não tem possibilidade de subir de cargo.

Talvez em decorrência do exercício profissional em uma carreira tradicionalmente «feminina», a enfermeira tem ainda muitos preconceitos que a impedem de aceitar a participação da mulher em qualquer área profissional.

A origem social das professoras se assemelha à das enfermeiras pois elas provêm, em grande parte, das classes média baixa e média alta. No entanto, no que diz respeito à instrução dos pais, elas se situam numa posição superior à daquele outro grupo profissional: 28% dos pais das professoras atingiram nível de escolaridade acima do 2º ciclo, enquanto 36% de suas mães seguiram seus estudos até depois do antigo ginásio, em comparação a 14,3% e 18,4%, respectivamente, entre os pais das enfermeiras. O nível de escolaridade dos pais das professoras não chega, no entanto, a ser tão elevado quanto o dos pais das engenheiras.

Uma esmagadora maioria de professoras é de origem latina, enquanto 18% descendem de brasileiros. Há, entre elas, uma judia e duas japonesas. Quase todas as profissionais da amostra que exercem o magistério viveram até os 15 anos de idade no Estado de São Paulo: 52% delas no Interior, 42% na Capital do Estado. Apenas três professoras foram criadas no meio rural.

São as profissionais desse grupo as que mais se destacam no que diz respeito ao trabalho materno: 52% das mães das professoras têm ou tiveram, alguma vez em suas vidas, alguma ocupação remunerada, o que parece ser considerável se se lembrar que 58,5% de todas as mães nunca trabalharam.

A maior parte das professoras sorteadas fez cursos que se incluem na área das Ciências Humanas (como Pedagogia, Letras, História, Geografia e outros) e leciona matérias dessa mesma área. Somente onze profissionais lecionam na área das Ciências Exatas e Biológicas. Há quatro professoras de Educação Física e três professoras de matérias técnicas ou artísticas, como Desenho, História da Arte e Técnicas Comerciais. 18% dessas profissionais realizaram mais de um curso superior.

Das professoras que trabalharam antes de ingressar na atual profissão, a maior parte teve um emprego regular. Alguns indícios permitem supor que elas tenham sido, anteriormente, professoras primárias, porém a natureza dos dados não permite nenhuma conclusão segura a esse respeito.

As professoras são as mais jovens da amostra: sua idade média não chega a atingir os 30 anos. A maior parte delas é solteira e não tem filhos. Quando se casaram e, principalmente, quando tiveram filhos, seus maridos pouco estimularam suas carreiras, porém, atualmente, eles incentivam suas esposas mais do que os maridos das enfermeiras.

De acordo com o tipo de amostragem realizado, as professoras se distribuem pelo magistério público e particular. Apenas nove delas, no entanto, lecionam só em colégios particulares: ou elas lecionam só no público ou em uma combinação do público com o particular.

A grande maioria das professoras concluiu o curso superior há menos de cinco anos e está lecionando no colégio através do qual foi sorteada para fazer parte da amostra, há menos de dois anos. As professoras em geral não ocupam cargos de chefia, a não ser o de coordenação de área ou de curso. Ganham um salário pouco superior a Cr\$ 17,00 por hora, trabalhando, com mais frequência, em tempo integral, embora 40% delas trabalhem menos do que 35 horas por semana. Em casa, essas profissionais trabalham de cinco a quinze horas por semana, o que acontece raramente com as mulheres dos outros dois grupos.

As professoras, de todas as entrevistadas, são as menos ativas, profissionalmente: 90% delas não frequentam reuniões de suas associações de classe e a maior parte nunca participou de congressos.

Essa participação pouco intensa pode decorrer não apenas de uma falta de interesse, mas também de certa desvalorização do magistério como profissão, pelas próprias professoras, bem como da maior insatisfação que parece predominar entre elas, se comparadas às enfermeiras e às engenheiras. De maneira geral, o professor é considerado um idealista mal remunerado e um marginalizado. A opinião de uma professora, gravada durante a fase exploratória, ilustra essa afirmação: «O que me desagrada no Magistério é a posição do professor, que é um sujeito amorfo, que não luta por nada e não tem reivindicação nenhuma, não contribui em nada do jeito que ele é hoje, é um desligado. O professor não luta pela classe, aliás a classe não existe. Temos informações sobre o Sindicato, mas nunca tive ligação com ninguém do Sin-

B) DIFERENÇAS DE ATITUDES ENTRE OS ELEMENTOS DOS TRÊS GRUPOS PROFISSIONAIS

Um dos enfoques desta pesquisa recai sobre as atitudes da entrevistada em relação à própria profissão, bem como sobre suas atitudes em relação às restrições impostas ao trabalho feminino de modo geral.

Para a mensuração dessa «predisposição para agir», como pode ser definida a atitude, foram elabo-

dicato, nem sei o que fazem. De vez em quando eles aparecem no Colégio para comunicar o aumento da contribuição obrigatória. Eu contribuo, é pouco, nem sei se essa contribuição é obrigatória. No começo do ano a freira avisa o total e ela mesma retira. O Sindicato é quase uma entidade teórica, ninguém sabe nada sobre ele. Acho que é um problema da classe, que não vê nada e se desliga. Não sei nem mesmo como são feitas as eleições do Sindicato. É mais um problema da classe, o Magistério é feito de gente que fez cursos de Filosofias os mais diversos, é gente muito diferente, com formações acadêmicas diversas».

As respostas dadas pelas professoras fazem surgir a imagem do magistério como uma carreira estática, na qual pouco se progride profissionalmente e onde é quase nula a possibilidade de atingir postos mais elevados.

Apesar de acreditarem que o fato de ser mulher não influi em sua carreira, as professoras nem por isso adotam uma atitude liberal para com o trabalho profissional da mulher em geral. Pelo contrário, elas se alternam com as enfermeiras numa posição preconceituosa, que se manifesta pela não aceitação de que a mulher participe em determinados setores profissionais.

Em resumo, as profissionais estudadas não diferem apenas quanto a determinadas características sócio-econômicas, mas existem entre os três grupos diferenças bastante significativas quanto à situação profissional, bem como diferentes formas de participar da profissão, de valorizá-la e de aceitar o trabalho feminino.

Embora as engenheiras se destaquem das demais, sobretudo por sua origem e situação sócio-econômica privilegiada, em certos aspectos que refletem a identificação com a profissão sua atitude se assemelha à das enfermeiras, em contraposição ao comportamento manifestado pelas professoras. No entanto, quando o enfoque recai sobre a existência, entre as mulheres, de preconceitos contra o trabalho exercido por seu próprio sexo, as engenheiras voltam a se destacar entre os três grupos. Assumem uma posição mais liberal e menos restritiva, ao passo que tanto enfermeiras quanto professoras revelam uma maior incorporação dos preconceitos sociais.

radas duas escalas, segundo o modelo proposto por Likert (Havens, 1965). De acordo com essa técnica, cada declaração é, em si mesma, considerada como uma escala. Por essa razão os itens, cuidadosamente elaborados, não devem ser extremos, pois é o respondente que deve se colocar, com sua resposta, em um dos pontos do «continuum».

Usaram-se apenas quatro possibilidades de resposta, nas duas escalas, eliminando o ponto neutro, porque se pretendia, com isso, evitar o excesso de respostas naquele ponto. Para a atribuição dos pontos escalares, usou-se o método arbitrário de Likert, segundo o qual os valores variam de 1 a 4.

A primeira escala, a de **profissionalismo**, foi, na verdade, a tradução e adaptação da escala de Hall (Snizek, 1972), composta de 50 itens, distribuídos através de cinco dimensões teóricas: uso da organização profissional como ponto de referência, crença no serviço prestado ao público, crença no auto-controle, noção de vocação para o campo e autonomia.

Os resultados obtidos com a aplicação dessa bateria de itens aos 147 sujeitos da amostra não foram inteiramente satisfatórios, porém determinaram a composição de duas pequenas escalas: a **escala de profissionalismo**, composta de 10 itens das dimensões «crença na autoregulação» e «noção de autonomia» e a **escala de participação profissional**, composta de 6 itens pertencentes à dimensão teórica «uso da organização profissional como ponto de referência». Na primeira delas o escore varia de 10 (atitude profissional mais baixa) a 40 (atitude profissional mais elevada) enquanto, na segunda, a variação é de 6 (menor participação profissional) a 24 (maior participação profissional).

A escala sobre a **atitude da mulher para com o trabalho profissional feminino** foi elaborada no intuito de se verificar a atitude da entrevistada quanto às restrições impostas ao trabalho profissional feminino. A posição mais preconceituosa ou menos liberal se caracterizaria por concordar com as restrições impostas socialmente, enquanto a posição menos preconceituosa ou mais liberal seria descrita pela não aceitação dos padrões restritivos vigentes, ou por uma aceitação irrestrita de qualquer tipo de formação e de qualquer tipo de trabalho, para a mulher.

A aplicação dessa escala, composta de 38 itens, aos sujeitos da amostra, obteve bons resultados. Após o tratamento estatístico adequado, a escala ficou reduzida a 20 itens, variando seu escore, portanto, de 20 (atitude menos liberal) a 80 (atitude mais liberal).

Cada sujeito da amostra passou a ter três escores: um escore de «profissionalismo» (dez itens), um escore de «participação profissional» (seis itens) e um escore de «atitude para com o trabalho profissional feminino» (vinte itens).

A análise passou então a focalizar as diferenças de atitude e de participação profissional, bem como as diferenças de atitude para com o trabalho profissional feminino que porventura existissem entre as enfermeiras, professoras e engenheiras da amostra.

Supunha-se que as engenheiras, tendo superado grande parte dos obstáculos impostos ao desempenho

profissional feminino, teriam, mais do que as outras profissionais, uma atitude liberal e não preconceituosa com relação a esse trabalho, isto é, não aceitariam a imposição de barreiras ou de restrições ao exercício de qualquer profissão pela mulher. Ao contrário, as profissionais de áreas femininas teriam incorporado, com maior vigor, os preconceitos que recaem sobre seu próprio sexo, sendo por isso mais inclinadas a adotar uma atitude restritiva ao trabalho profissional feminino.

Por outro lado, ainda que essas diferenças pudessem realmente existir, entre os grupos, elas poderiam não ser necessariamente devidas ao fato do sujeito ter seguido esta ou aquela profissão, mas sim devido a outras características presentes nos indivíduos, independentemente da carreira abraçada.

A inclusão das outras variáveis independentes teve portanto a finalidade de verificar se, caso tais diferenças ocorressem, elas não seriam devidas antes a outros fatores, como **origem sócio-econômica, instrução da mãe, tempo de formada ou estado civil**, do que propriamente ao fato de ter sido seguida esta ou aquela carreira profissional.

A existência de variáveis dependentes no nível intervalar e independentes no nível nominal determinou que se adotasse a técnica da **Análise de Variância**, que parecia ser a mais adequada ao modelo³⁾. Pretendeu-se, inicialmente, realizar uma análise de variância multifatorial, com cada uma das variáveis dependentes, testando as diferenças entre as médias de cada escore entre os três grupos profissionais, controlando, simultaneamente, estado civil, origem sócio-econômica, instrução materna e tempo de formada. No entanto, devido ao pequeno número de casos da amostra, isso não foi possível, pois seu múltiplo fracionamento poderia levar à formação de caselas onde o número de casos fosse nulo ou muito pequeno. Decidiu-se então realizar, com cada uma das escalas (ou escore), sucessivas análises de variância bidimensional, testando as diferenças entre as médias dos escores, por grupo profissional e controlando, de cada vez, uma das outras variáveis do modelo. Dessa maneira foram feitos **quatro testes com cada escore, num total de doze**. Apenas os resultados estatisticamente significativos, no entanto, são descritos a seguir.

As médias nos escores de profissionalismo são significativamente diferentes entre os grupos profissionais, quando se controla sua origem sócio-econômica. A média obtida pelas **engenheiras** é a mais elevada (31,7), seguida pela das **enfermeiras** (30,017), e, por último, pela média das **professoras** (29,1).

3) Sobre a técnica da Análise de Variância, ver Blalock, H. *Statística per la ricerca sociale*, II Mulino, Bologna, 1972, trad. de Vitorino Mortara.

1) Escala de profissionalismo:

TABELA 2

RESULTADO DA ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE PROFISSIONALISMO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E A ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa de Variância	F
Grupo profissional	2	112 740,8	56 370,4	3,071*
Origem sócio-econômica	3	8 208,5	2 736,2	0,149
Interação	6	123 551,7	20 591,9	1,122
Resíduo	135	477 810,7	18 354,2	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,135) = 3,00$

Quando, ao contrário, se controla a profissão e se testa a variação entre os escores das profissionais segundo sua origem sócio-econômica, constata-se não haver diferenças significativas, quanto à atitude profissional, entre as de classe alta, média alta, média baixa ou baixa. Também não é significativa a interação entre as variáveis grupo profissional e origem sócio-econômica.

TABELA 3

RESULTADO DA ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE PROFISSIONALISMO SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E O TEMPO DE FORMADA

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	134 027,7	67 013,8	3,801*
Tempo de formada	3	32 121,8	10 707,3	0,607
Interação	6	149 352,5	24 892,1	1,412
Resíduo	135	2 380 250,2	17 631,5	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,135) = 3,00$

O resultado obtido pelo teste F revela que a atitude profissional das engenheiras, enfermeiras e professoras varia significativamente quando se controla seu tempo de formada. É possível constatar que apenas a variação entre os grupos profissionais se mostrou estatisticamente significativa, o mesmo não ocorrendo com a variação existente entre essas profissionais por tempo de formada, nem tampouco com a variação que decorre da interação entre as duas variáveis.

2) Escala de participação profissional:

TABELA 4

RESULTADO DO TESTE DE ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE PARTICIPAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E O ESTADO CIVIL

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	93 564,4	46 782,2	3,307*
Estado civil	1	1 409,2	1 409,2	0,100
Interação	2	17 978,5	8 989,3	0,635
Resíduo	141	1 994 917,8	14 145,4	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,141) = 3,00$

Os resultados indicam não haver diferenças significativas por estado civil, quanto à participação profissional. Esse resultado é surpreendente, tendo em vista que o estado civil tem sido apontado, pelos mitos que envolvem a mulher, como um dos fatores que limitariam sua possibilidade de realização profissional. Os múltiplos papéis que cabem à mulher, no lar e na família, são constantemente lembrados como o principal obstáculo para que ela tenha um trabalho fora do lar, a tal ponto que o emprego em tempo parcial é considerado como uma das soluções possíveis para a mulher casada, e a única para a mulher que tem filhos pequenos. No entanto, ainda que um número razoável de professoras dedique apenas tempo parcial às suas atividades profissionais, a grande maioria das profissionais entrevistadas (82%) trabalha em tempo integral. Além disso, a leitura de revistas especializadas e a participação em congressos — que são os principais aspectos abordados pela escala de participação profissional — não sofrem, ao que se pode ver, alteração pelo fato da mulher ser ou não casada.

TABELA 5

RESULTADO DO TESTE DE ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE PARTICIPAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E O TEMPO DE FORMADA

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	87 153,3	43 576,7	3,056*
Tempo de formada	3	37 634,9	12 541,6	0,881
Interação	6	76 371,6	12 728,6	0,893
Resíduo	135	1 925 093,9	14 260,0	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,135) = 3,00$

Ao contrário, há alterações significativas apenas quando se mantém constante o estado civil, e se examina a variação entre os grupos profissionais. Mais uma vez as engenheiras se destacam das demais: enquanto a média de participação profissional desse grupo chega a 15,2 a das outras entrevistadas não alcança a média geral de todo o grupo: 13,85 para as enfermeiras e 13,21 para as professoras.

As médias dos escores na escala de participação profissional são significativamente diferentes entre os grupos profissionais, porém não há diferenças significativas entre as profissionais por tempo de formada. Também neste caso a média das engenheiras (15,46) é significativamente superior à das enfermeiras e das professoras (respectivamente 13,97 e 13,18).

3) Escala de atitude para com o trabalho feminino:

TABELA 6

RESULTADO DO TESTE DE ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE ATITUDE PARA COM O TRABALHO FEMININO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E O ESTADO CIVIL

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	2 792 778,0	1 396 389,0	7,821*
Estado Civil	1	130 267,8	130 267,8	0,735
Interação	2	148 732,2	74 366,1	0,420
Resíduo	133	24 629 140,1	177 188,1	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,133) = 5,30$

As diferenças observadas entre os grupos profissionais são altamente significativas, porém não há variações significativas por estado civil, ou decorrentes da interação das variáveis grupo profissional e estado civil.

As médias obtidas pelos três grupos, apresentadas a seguir, mostram que as engenheiras são as profissionais que têm atitude mais liberal com relação ao trabalho da mulher, enquanto cabe às enfermeiras a posição mais conservadora ou mais preconceituosa, como foi aqui entendida. As professoras ocupam uma posição intermediária, porém a média por elas obtida não alcança nem mesmo a média geral da distribuição, que foi de 52,21.

Quando se controla a origem sócio-econômica dos sujeitos da amostra, as variações no escore da escala de atitude para com o trabalho feminino são estatisticamente significativas entre os grupos profissionais, mas não entre as classes sociais de origem.

TABELA 7

ESCORE MÉDIO DE ATITUDE PARA COM O TRABALHO FEMININO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL

Grupo Profissional	Escore Médio
Enfermeiras	47,04
Engenheiras	57,99
Professoras	51,19

TABELA 8

RESULTADO DO TESTE DE ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE ATITUDE PARA COM O TRABALHO FEMININO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E A ORIGEM SÓCIO-ECONÔMICA

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	1 438 574,0	719 287,0	4,174*
Origem sócio-econômica	3	676 010,9	225 337,0	1,308
Interação	6	1 226 308,2	204 384,7	1,186
Resíduo	133	22 921 445,2	172 341,7	

* significativo ao nível de 0,05
 $F_c(2,133) = 3,00$

TABELA 9

RESULTADO DA ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE ATITUDE PARA COM O TRABALHO FEMININO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E A INSTRUÇÃO MATERNA

Fonte de Variação	Graus de Liberdade	Soma de Quadrados	Estimativa da Variância	F
Grupo profissional	2	1 435 916,1	717 958,0	3,934*
Instrução materna	3	430 329,2	143 443,0	0,792
Interação	6	327 919,9	54 653,3	0,302
Resíduo	132**	33 926 616,8	181 216,8	

* significativo ao nível de 0,05

** perdeu-se mais um caso, além dos dois inicialmente eliminados. O N total, neste teste, é 144.

$F_c(2,132) = 3,00$

Confirmam-se, neste caso, afirmações feitas nos testes anteriores: as diferenças são estatisticamente significativas entre os grupos profissionais, porém a

TABELA 10

RESULTADO DO TESTE DE ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS ESCORES DE ATITUDE PARA COM O TRABALHO FEMININO, SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL E O TEMPO DE FORMADA

FONTE DE VARIÂÇÃO	GRAUS DE LIBERDADE	SOMA DE QUADRADOS	ESTIMATIVA DA VARIÂNCIA	F
Grupo profissional	2	1 375 662,0	687 831,0	4,022 ^a
Tempo de formada	3	856 174,7	285 391,6	1,868
Interação	6	2 282 639,8	380 439,9	2,325
Resíduo	133	22 743 722,7	171 001,7	

^a significativo ao nível de 0,05

$F_c(2,133) = 3,00$

instrução materna e a interação entre as duas variáveis independentes não interferem na explicação das variações encontradas.

Ainda que, também neste caso, só tenham sido observadas diferenças estatisticamente significativas por grupo profissional, os resultados obtidos quando se testou a variação dos escores por tempo de formada e, sobretudo, pela interação das duas variáveis, merecem ser salientados, principalmente tendo-se em vista a natureza exploratória deste trabalho. A associação do tempo de formada com a atitude da mulher para com o trabalho profissional feminino é sugerida pelo decréscimo nas médias obtidas, à medida que aumenta o número de anos que a profissional tem de formada. A hipótese de que a atitude da mulher ficaria mais preconceituosa com o correr do tempo deve ser examinada em face da associação existente entre o tempo de formada e a idade. É mais provável que as profissionais formadas há mais tempo sejam menos liberais com relação ao trabalho feminino por serem mais velhas e pertencerem a uma geração que não sofreu os efeitos de influências renovadoras relativas à participação da mulher no mundo do trabalho.

Em resumo, a aplicação das escalas às profissionais da amostra mostrou que há diferenças relevantes de atitudes entre as enfermeiras, as engenheiras e as professoras e que tais diferenças são devidas antes ao fato de a entrevistada pertencer a um ou a outro desses grupos profissionais do que aos outros fatores que foram controlados.

Essa conclusão, no entanto, deve ser tomada com extrema cautela, uma vez que os grupos examinados não foram selecionados inteiramente ao acaso, mas já pertenciam a cada uma das profissões focalizadas tendo, entre si, inúmeras diferenças que dificilmente poderiam ter sido neutralizadas.

Além disso, não se pode afirmar que a carreira profissional seguida pela mulher se relaciona com sua

atitude profissional, com sua participação profissional e com sua atitude para com o trabalho profissional feminino com a mesma segurança que se teria caso todas as variáveis tivessem sido incluídas simultaneamente no modelo. Os resultados, sistematicamente significativos, quando se examinaram as variações nos escores entre os grupos profissionais, permitem apenas sugerir que isso ocorra. É possível, como já foi dito, que outras diferenças, anteriores ao ingresso na profissão, tenham valor explicativo, já que apenas algumas variáveis foram controladas. É provável, por exemplo, que um recrutamento seletivo tenha encaminhado as jovens mais «modernas» para a Engenharia, enquanto as mais «tradicionais» teriam ingressado em áreas tipicamente femininas, como a do Magistério e a da Enfermagem.

No que diz respeito ao desempenho da profissão, sua duração — medida pelo tempo de formada — não parece afetar as atitudes, pois as diferenças encontradas entre as formadas há mais ou há menos tempo não são estatisticamente significativas.

De outro lado, a formação profissional, definida neste trabalho como um conjunto de influências sofridas durante o curso superior, que culminam numa habilitação formal conferida pelo diploma universitário, abrange um período, na vida dessas mulheres, bastante extenso e significativo, durante o qual, com o processo de definição do comportamento profissional, preconceitos e estereótipos poderiam ter-se cristalizado ou sido superados.

Ainda que não seja possível determinar em que momento passaram a existir as diferenças de atitude que foram observadas entre as mulheres investigadas neste estudo, não menos importante é a constatação de que as enfermeiras, as professoras e as engenheiras são diferentes e têm atitudes e comportamentos diferentes.

Alguns dos resultados mostram que, ao contrário do que se poderia supor — dada a persistência de determinados estereótipos associados à Engenharia, que fazem dela uma profissão considerada inadequada para a mulher — é no grupo das engenheiras que se encontra a maior porcentagem de mulheres casadas (55,3%) e com filhos (cerca de 47%). Isso demonstra que o fato de se dedicar a uma profissão «masculina» não relegou essas mulheres a uma posição de não realização dos papéis femininos de esposa e de mãe, pelo menos em comparação com as outras profissionais da amostra.

Do outro lado, na Enfermagem, considerada a profissão feminina por excelência, encontra-se a maior porcentagem de mulheres solteiras e sem filhos. Provavelmente, a grande dedicação exigida das enfermeiras no cumprimento de seu horário de trabalho, a freqüência com que são obrigadas a sacrificar suas

noites, seus domingos e feriados ao cuidado dos doentes, dificultam para elas o desempenho de seus outros papéis, como esposas e mães.

A alegação de que a mulher deve procurar um trabalho que lhe permita uma conciliação com o lar e com a família surge claramente como um preconceito que visa encaminhá-la para carreiras de menor prestígio e de remuneração inferior. Caso contrário, não seria tão elevada — mais de 94% — a porcentagem de mulheres na Enfermagem, onde parece ser difícil compatibilizar o desempenho profissional com os papéis femininos.

O exame dos resultados faz sobressair também o entusiasmo das profissionais pelas respectivas carreiras, sobretudo entre as enfermeiras e as engenheiras, pois entre as professoras a satisfação é menos acentuada. Com exceção destas últimas, as profissionais se mostram interessadas no que se passa nas esferas mais amplas de sua profissão, o que se manifesta pela leitura de revistas especializadas e pela participação em congressos e em atividades do respectivo órgão de classe.

BIBLIOGRAFIA

- «Acompanhamento do mercado de trabalho de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos», Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 6ª Região, CREA, São Paulo, 1972.
- ALCANTARA, Glete de, *A Enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos a sua expansão na sociedade brasileira*, tese de doutoramento, Ribeirão Preto, São Paulo, 1963.
- BARROSO, Carmen Lucia de Melo e NAMO DE MELLO, Guiomar, «O acesso da Mulher ao ensino superior brasileiro», *Cadernos de Pesquisa* 15, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1975.
- BLALOCK, Hubert M. Jr., *Statistica per la ricerca sociale*, Il Mulino, Bologna, trad. de Vittorio Mortara, 1972.
- BLAY, Eva A., *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*, tese de doutoramento, São Paulo, 1972.
- BLAY, Eva A., «O trabalho feminino», *Cadernos*, 6, 1ª série Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1973.
- BLAY, Eva A., «College Educated and other Types of Qualified Women in Industrial Work», «paper» apresentado no VIII Congresso Internacional de Sociologia, Toronto, Canadá (mimeografado), 1974.
- BLAY, Eva A., «Condições que envolvem a trabalhadora qualificada», *Cadernos* 8, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1975.
- BLAY, Eva A., «Trabalho industrial x Trabalho doméstico: a ideologia no trabalho feminino», *Cadernos de Pesquisa* 15, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1975.
- CARON, Dalcio, LOPES, João do Carmo e MOLINA, Alair, *Levantamento de Dados e Análise Salarial de Profissionais de Nível Universitário*, IPE/USP, São Paulo, 1974.
- FERREIRA-SANTOS, Célia A., *A Enfermagem como profissão: estudo num hospital-escola*, Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- GOUVEIA, Aparecida J., «Democratização do ensino superior», *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 112(50): 232-243, 1968.
- GOUVEIA, Aparecida J., *Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional*, 2ª ed., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970.
- GOUVEIA, Aparecida J., «Origem étnica e situação sócio-econômica dos universitários paulistas», *Rev. Administração de Empresas*, 12(1):71-80, Rio de Janeiro, 1972.
- HAVENS, Eugene e colaboradores, *Medición en Sociología*, Ed. Tercer Mundo, Bogotá, capítulos 2 e 4, 1965.
- HUTCHINSON, Bertram, *Mobilidade e Trabalho*, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, Rio de Janeiro, 1960.
- MIRANDA, Glaura Vasques, «A educação da mulher e sua participação nas atividades econômicas, em 1970», *Cadernos de Pesquisa* 15, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1975.
- MIRANDA, Glaura Vasques, «Participación de la mujer en la fuerza de trabajo de una sociedade en via de desarrollo: el caso del Brasil», *Estudios de Poblacion*, vol. I nº 11, nov. 1976.
- SAFFIOTTI, Heleieth I.B., *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Quatro Artes, Brasil, 1969.
- SNIZEK, William E., «Hall's Professionalism Scale: an Empirical Reassessment», *American Sociological Review*, 37:109-114, 1972.
- SULLEROT, Evelyne, *A mulher no trabalho: História e Sociologia*, Ed. Expressão e Cultura, Brasil, 1970.

[Recebido para publicação em maio de 1978]